



# O professor e o desafio da inclusão

Por Jacira Cabral da Silveira

*Parecer do Sinpro/RS alerta que grande parte das instituições de ensino privado descumpre exigências legais em relação às políticas inclusivas, como a capacitação de professores, disponibilidade de pessoal de apoio e limitação do número de estudantes por turma. Ao negligenciar requisitos mínimos da educação especial, esses estabelecimentos de ensino tornam-se pouco efetivos em relação à inclusão e sobrecarregam os docentes*

A maioria dos professores que trabalha com alunos portadores de deficiência não se considera apta para lidar com as exigências de uma docência inclusiva, pois não possui graduação em Educação Especial. A constatação é da professora Jussara Maria dos Santos Cacilde, de Santana do Livramento, que concluiu recentemente sua pesquisa

para o curso de Gestão Escolar da Faculdade de Educação da Ufrgs. "O que se nota é que os docentes vivem uma ansiedade muito grande por não saberem como atender esses alunos, o que se soma à falta de suporte de outros profissionais nas instituições de ensino, como fonoaudiólogos, neurologistas, fisioterapeutas, um serviço que a rede regular não oferece", avalia.

Nas entrevistas, ela pôde apurar as principais dificuldades enfrentadas em sua escola para promover a inclusão: a rotatividade dos professores, o despreparo de alguns educadores, a falta de assistência especializada do sistema educacional e o descomprometimento por parte de alguns pais ou responsáveis. A formação acadêmica também é criticada por pro-

fessores que colaboraram com a pesquisa. Nas licenciaturas, deveriam ser criadas oportunidades de disciplinas para um melhor aprendizado de como lidar com estratégias de ensino para esses alunos. A realidade retratada na pesquisa é vivenciada diariamente por um grande número de professores nas instituições de ensino do Estado, sejam públicas ou privadas.

## Acúmulo de trabalho

Em junho de 2015, foi promulgada a Lei 13.146 sobre a inclusão escolar, a qual entrou em vigor após 180 dias de sua assinatura, ou seja, no início deste ano. Considerando o retorno que os diretores do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) vêm obtendo junto às escolas das diferentes regionais do Estado, essa inclusão ainda está longe de ocorrer. Uma das causas desse não cumprimento é a sobrecarga de trabalho para os professores, pois, além de não receberem a devida capacitação por parte da escola, também não contam com o pessoal de apoio previsto em Lei, assim como ilustram os relatos de professores de Santana do Livramento.

Na avaliação da Promotora de Justiça Regional de Educação de Santa Maria, Rosângela Corrêa da Rosa, um dos problemas importantes para a implantação da escola inclusiva é a falta de tempo para que o professor do atendimento especializado (AE) faça a interação com os professores de ensino regular para dar orientações, a fim de discutir como fazer o encaminhamento: "Porque, se o professor não sabe como atender essa criança ou esse adolescente, ele vai deixando

o aluno de lado, resultando em exclusão dentro da sala de aula. Não é porque esse professor não quer, ele não tem um espaço de compartilhar conhecimento com esse colega especialista de AD".

Rosângela, que vem realizando um intenso trabalho junto aos 44 municípios sob sua jurisdição, no sentido de fazer cumprir o direito à inclusão escolar de toda pessoa com deficiência, participará neste mês de um evento promovido pelo Sinpro/RS, o qual tem como objetivo divulgar o conteúdo do *Parecer sobre inclusão de estudantes com deficiência nos estabelecimentos de ensino privado no Estado*.

Esse documento alerta que grande parte das instituições de ensino privado descumpra exigências legais em relação às políticas inclusivas, como a capacitação de professores, disponibilidade de pessoal de apoio e limitação do número de estudantes por turma. Ao negligenciar requisitos mínimos da educação especial, esses estabelecimentos de ensino tornam-se pouco efetivos em relação à inclusão e sobrecarregam os docentes.

Segundo a diretora do Sinpro/RS Cecília Farias, existem ocasiões em

que é necessário cobrar judicialmente junto às escolas a contratação de assessor que possa auxiliar os professores no atendimento aos estudantes com deficiência. A justificativa das instituições em alguns desses casos é que a coordenadora pedagógica pode responder por esse trabalho.

Mas o que Cecília questiona é o acúmulo de trabalho desse coordenador, que passa também a ter que responder pela assessoria para os diversos tipos de deficiência. "Normalmente, os professores não têm formação específica para esse trabalho, pois é insuficiente o conhecimento adquirido nas instituições formadoras. Além disso, os docentes não encontram as condições mínimas que permitiriam uma efetiva inclusão dos alunos com deficiência", ressalta.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado (Sinepe/RS), Bruno Eizerik, as escolas privadas do Estado não só cumprem com as prerrogativas da Lei da inclusão, como também fizeram isso muito antes que outras regiões do país: "As nossas escolas, até pela origem, pois quase na sua totali-



A promotora de Justiça de Educação de Santa Maria, Rosângela Corrêa da Rosa

dade são confessionais ou comunitárias, sempre atenderam a esse tipo de aluno", argumenta. De acordo com o dirigente, as escolas privadas estaduais defendem a ideia de oferecer ensino inclusivo por tipos de deficiência. Ou seja, enquanto algumas escolas incluem crianças com baixa visão, outra dedica-se a alunos com Síndrome de Down, e assim por diante, cabendo às famílias encontrar a escola certa para seu filho.

Se pra começar você precisava de um empurrãozinho, agora basta um clic.

Exercícios ao ar livre e mais qualidade de vida para os professores associados e seus dependentes. E tudo isso em boa companhia.

Acesse [sinpro.rs.org.br/move](http://sinpro.rs.org.br/move) e saiba como participar.





## Experiência bem-sucedida

Cheila Maria Schroer, uma das diretoras do Centro Integrado de Desenvolvimento (CID), localizado nas proximidades do Parque da Redenção, em Porto Alegre, diz que a instituição já nasceu “com o DNA da inclusão”. “Lá em 1990, quando eu e minha sócia Viamara Chemello, enquanto terapeutas ocupacionais – e nada vinculadas à escola –, fazíamos atendimento em clínica, percebemos que todas as crianças desejavam o espaço escolar.” Por duas vezes, Cheila chegou a acompanhar as famílias de crianças que ela atendia em busca de uma escola, e ficou surpresa ao descobrir que os estabelecimentos de ensino não aceitavam crianças com deficiência. Foi aí que nasceu a ideia de abrir esse espaço que faltava: uma escola inclusiva.

Assim como Cheila e Viamara, nenhuma das professoras que começaram a trabalhar com elas tinha formação em educação especial. “Quando fazemos uma seleção, consideramos muito o desejo do professor de empreender. Primeiro, porque não acredito em trabalho solitário; segundo, a sala da direção está sempre aberta para o professor chegar e pedir ajuda. Isso nunca vai ser lido

como uma incompetência ou falta de condição”, esclarece. Para a diretora, a formação dos professores é uma questão relativa, isso porque, na sua avaliação, esses profissionais estão cada vez mais procurando para si uma qualificação. “Os professores das escolas particulares hoje estão empreendendo em especialização e pós-graduação. Quem tem desejo está avançando nisso”, avalia.

No CID, estudam 140 crianças distribuídas em onze turmas, seis de educação infantil e cinco de ensino fundamental. O corpo docente é formado pelas onze professoras, responsáveis por cada turma, mais quatro monitoras que auxiliam não só os alunos com deficiências, mas também todos na turma sempre que solicitadas. No suporte pedagógico e especializado, estão dois profissionais de orientação, duas terapeutas ocupacionais, psicóloga e nutricionista, considerando que existem alunos com intolerância alimentar, além de outras especificidades. O Centro conta ainda com o trabalho de um marceneiro que, juntamente com Cheila, projeta equipamentos (cadeiras, suportes, etc.) conforme a necessidade de cada criança que apresente alguma deficiência.



Cheila alerta que a interação entre professores e direção é fundamental para a inclusão



Para ser inclusiva, escola deve contar com pessoal de apoio e investimento em capacitação docente



**Indique um professor para aderir ao plano SINPRORS PREVIDÊNCIA. A cada efetivação você ganha um BRINDE EXCLUSIVO. Faça como a colaboradora do SINPRO/RS, Maristela Dutra da Rosa. Ela indicou professores e ganhou.**

**ENVIE SUAS INDICAÇÕES PARA [previdencia@eletrocee.com.br](mailto:previdencia@eletrocee.com.br)**





**(51) 3027.3128**  
**(51) 9335.3481**

INSTITUIDOR  
**SINPRO/RS**  
*Sindicato Cidadão*

GESTOR DO PLANO  
**FUNDAÇÃO CEEE**  
PREVIDÊNCIA PRIVADA  
Decisão de um futuro inteligente